



Foto Adão Nascimento - Telefoto Estado

Para Denys, as instituições passaram bem pela prova da doença de Tancredo

# Denys: "O País está maduro" <sup>258</sup>

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Se a enfermidade do presidente eleito Tancredo Neves constituiu um vestibular para a saúde das instituições, elas foram plenamente aprovadas, assegurou ontem o ministro-chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e secretário do Conselho de Segurança Nacional, general Rubens Bayma Denys.

Num encontro informal que manteve ontem com os jornalistas, na sala de imprensa do Palácio do Planalto, o general Denys disse não ver nenhum impasse na permanência do presidente em exercício, José Sarney, na chefia do governo, caso se configure a impossibilidade de o presidente eleito Tancredo Neves assumir o cargo. "O País está maduro e os militares estão unidos em torno do presidente da República. Eu não acredito que haverá problema institucional nenhum. Toda a Nação tem visto isto" — afirmou o general.

O papel das Forças Armadas na Nova República, segundo Bayma Denys, é o mesmo que elas desempenharam nos governos anteriores. "Há muito tempo que, de fato, nós temos as nossas Forças Armadas voltadas para os seus quartéis. E mais ainda agora, com a presença de um presidente civil."

O ministro revelou que o Conselho de Segurança Nacional já vinha estudando a descaracterização dos municípios considerados áreas de segurança nacional, mas somente com a instauração do novo governo é que ficou caracterizado de que essas áreas não constituíam mais matéria de interesse da segurança.

Denys afirmou não ter dúvidas de que o apoio que os militares darão ao presidente Sarney será o mesmo que dariam a Tancredo Neves, cumprindo fielmente a Constituição. Para ele, o estado de saúde do presidente eleito "está muito crítico", deixando toda a Nação apreensiva e em expectativa.

Eis a íntegra da conversa com Bayma Denys:

**Qual seria o papel das Forças Armadas agora, nesse momento de uma Nova República, após o período em que nós tivemos, evidentemente, a predominância política e administrativa dos militares?**

Eu não diria que tivemos predominância política e administrativa...

Pelo menos os presidentes foram todos fardados...

O presidente, sim. Mas o papel das Forças Armadas é o mesmo que sempre nós tivemos.

Mas o que mudou, agora, com a Nova República?

O presidente.

Só a pessoa do presidente?

Particularmente, pessoalmente, o presidente da República. O papel das Forças Armadas permanece o mesmo.

Mas, o programa das Forças Armadas...? Falou-se muito na volta aos quartéis, em devolver o poder aos civis. Isso, hoje, seria exatamente o quê?

Talvez seja mais uma questão de idéia, mas não de fato. De fato, há muito tempo que os militares retornaram aos quartéis. Já vem um processo há vários governos. E há muito tempo que de fato nós temos as nossas Forças Armadas voltadas para os seus quartéis. E mais ainda agora com a presença de um presidente civil.

Ministro, os militares se sentiram, de alguma forma, atingidos pelos insucessos obtidos pelos últimos governos

no que diz respeito à política econômica, política e social?

Essa é uma pergunta um pouco difícil de responder. Eu não tenho esse dado, mas talvez seja até um caso de pesquisa.

Na área do Conselho de Segurança Nacional qual é o grande desafio do senhor?

No momento, nós não temos matérias de importância capital, a não ser a atualização da política de segurança nacional, o que é normal no governo que assume, porque vai ter que se verificar se está de acordo com o pensamento...

De qualquer forma, o senhor tem também hoje no Conselho de Segurança Nacional a questão indígena, a questão fundiária, que, de certo modo, também está afeta ao Conselho de Segurança.

Eles estão acompanhados, estudados. Mas vamos dizer que não estão constituindo matéria preponderante do interesse da segurança nacional. Inclusive a questão fundiária é do Ministério que vai conduzir o assunto como a execução de uma política de governo. Naturalmente isso tudo acompanhado pela secretaria, que, a qualquer momento, pode ser chamada para realizar um estudo específico, de planejamento específico.

O Conselho, então, assessorava os ministros dessas respectivas áreas?

Não. A Secretaria do Conselho é quem faz o assessoramento ao Conselho de Segurança, em particular ao presidente da República.

A elaboração dessa política de segurança nacional constitui uma preocupação isolada? Essa distensão que está havendo na sociedade por força mesmo de reivindicações, greves, isso constitui uma preocupação da política de segurança nacional que está sendo elaborada?

Todo o assunto dos vários campos do poder são acompanhados, porque de uma hora para a outra pode-se transformar em matéria de interesse da segurança. Aí, nesse caso, nós teremos a nossa preocupação num trabalho específico. Mas, enquanto ele não se transformar em matéria de interesse da segurança, nós não temos uma proposta encaminhada ao presidente.

Os movimentos grevistas constituem-se em matéria, hoje?

Não. Não estão constituindo matéria.

Ministro, o senhor já vem estudando essa questão da desqualificação dos municípios de segurança nacional? Porque foi uma decisão bem rápida do presidente Sarney. Quer dizer, isso já havia sido uma idéia pré-estudada dos senhores com o presidente?

É uma consequência da conjuntura. Já vinha sendo estudada pela Secretaria do Conselho de Segurança, se não me engano, desde 79. Mas o problema é a conjuntura. Todos nós dependemos das circunstâncias em que nós estamos vivendo. Com a instauração do novo governo, ficou bem caracterizado que não constituía mais matéria de interesse da segurança. Daí a preocupação de nós descaracterizarmos os municípios. E isso vai ter desdobramentos para auxiliar o presidente da República na solução desses problemas.

Na Nova República, o que pode hoje ser caracterizado como de segurança?

Isso é uma questão de ponderação, de apreciação. Não posso citar exemplos. Associe: no caso, é verificar o fato existente, se ele vem a se transfor-

mar numa matéria que possa interferir na nossa concepção de segurança nacional. Concepção da Nação não é concepção de uma pessoa.

Mas ao senhor, como secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, incumbe dar forma a essa concepção?

Não, individualmente. Eu trabalho dentro de um pensamento com a diretoria do presidente e dentro do contexto que são os ministros de Estado que compõem o Conselho de Segurança.

E o que são esse pensamento e essa diretoria?

Isso nós sentimos na consulta que nós fazemos. Expomos o problema, julgamos se vem a ser um problema de certa sensibilidade e, então, dentro deste processo, nós estudamos o problema. Enquanto não sentimos essa sensibilidade, o problema ainda não é a matéria.

Existe algum esquema preparado, dentro das Forças Armadas, para evitar algum tumulto, alguma comoção popular, no caso do presidente Tancredo Neves não se restabelecer?

Eu diria que, em primeiro lugar, isso é um assunto do Ministério da Justiça e dos governos estaduais. Agora, como sempre, as Forças Armadas, pela sua própria destinação, podem e devem cooperar quando solicitadas. E nesse caso estarão prontas para prestar essa cooperação.

Como as Forças Armadas estão vendo essa interinidade mais prolongada do presidente em exercício José Sarney? O mesmo apoio que se emprestou ao presidente eleito Tancredo Neves será transferido ao presidente Sarney?

Eu não tenho dúvidas. Não tenho dúvidas de que será o mesmo apoio, inclusive porque é o que está dentro da Constituição. Nós não vamos ter as Forças Armadas afastadas do seu papel constitucional, como até agora nós temos visto a todo o momento.

Como o senhor vê a possibilidade de antecipação da Constituinte, ou das eleições diretas para 87, como hoje os partidos já estão articulando?

Os militares não estão vendo especificamente esse problema. Isso eu posso lhes dizer.

Esse período em que o dr. Tancredo não pode assumir, o senhor acha que as instituições já superaram todos os testes em relação à sua firmeza? E não há mais problemas eventuais para o regime democrático, ou poderão surgir eventualmente crises em decorrência, possivelmente, de uma permanência mais longa do dr. Sarney no governo?

O que eu vou responder, em atenção ao senhor, não é especificamente da minha competência como chefe do Gabinete Militar, nem como secretário-geral do Conselho. É uma opinião, já que estou investido nestas funções. Eu acredito que não haverá problema institucional nenhum. Nós temos visto isto. Toda a Nação tem visto isto.

Se isto é um vestibular para democracia, o Brasil passou, então?

Bom, deu bem a resposta.

O senhor, como ministro da Casa, o senhor acredita ainda no restabelecimento do presidente?

O restabelecimento, onde há vida há esperança. Agora, o restabelecimento está muito crítico, nós todos estamos sabendo.

Os militares estão de sobreaviso?

Não. Eu não diria que os militares estejam de sobreaviso. Toda a Nação está apreensiva e na expectativa.